



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 016/2023

Referência: Processo nº 4243/2022

Assunto: Projeto de Lei nº 093, de 13 de dezembro de 2022

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 093, de 13 de dezembro de 2022, que “Dispõe sobre a ratificação das alterações no contrato consórcio do Município de Cáceres, ente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do complexo nascentes do pantanal e dá outras providência.”

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, visando a ratificação das alterações no contrato consórcio do Município de Cáceres, ente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do complexo nascentes do pantanal e dá outras providência.

Com efeito, foi informado na Exposição de Motivos o seguinte:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

“Por exigência da Lei Federal nº 11.107/2005 no seu artigo 12º, encaminha-se Projeto de Lei que dispõe sobre a Ratificação por parte do Município das alterações do Contrato Consórcio, aprovadas na Assembleia Geral do Consórcio do dia 13 de abril de 2022, nos termos da Resolução Normativa nº 84/2022 do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, do qual este município é ente consorciado.

Em anexo cópia da Ata da Assembleia onde consta na íntegra a Resolução Normativa nº 84/2022 com a revisão e alterações proferidas no Contrato de Consórcio. Ressalto que o Município passou a reintegrar o Consórcio no ano de 2017, devidamente autorizado pela Lei Municipal Nº 2.589/2017.

Destaca-se que o Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal foi criado no ano de 2007 e neste período foram necessárias alterações e readequações nas normativas de seu funcionamento e obrigações, decidiu-se dar um novo formato ao Contrato de Consórcio, consolidando as alterações já proferidas anteriormente e reorganizando os dispositivos do instrumento que rege o Consórcio, o que foi feito com a edição, aprovação e rerratificação da Resolução Normativa nº 29/2016 de 08 de fevereiro de 2016, por todos os Consorciados. Neste diapasão após a rerratificação da Resolução Normativa nº 29/2016, para o bom e regular funcionamento do Consórcio foram necessários promover outros ajustes ao Contrato Consórcio, como os promovidos pelas Resoluções Normativas nº 31/2016, nº 39/2017 e nº 61/2019 que ainda não foram ratificadas pelos Municípios Consorciados, e ainda a Resolução Normativa nº 38/2017 que aprova o reingresso do Município de Cáceres que foi parcialmente ratificada pelos Consorciados, cujas proposições foram



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

todas consolidadas na Resolução Normativa nº 84/2022 para fins de ratificação pelos legislativos municipais, e em razão da necessidade de regulamentar de forma clara e expressa a autorização para que o Consórcio possa realizar e atuar na Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal (coordenar e/ou executar os serviços municipais de inspeção de produtos de origem animal e vegetal, com competência para coordenar, instruir, fiscalizar, auditar e outras atribuições pertinentes), faz-se necessário a presente ratificação mediante Lei.

Ressalta que o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Complexo Nascentes do Pantanal é um instrumento regional para aplicação e desenvolvimento de políticas públicas, e no momento o Consórcio e seus municípios tem buscado junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, o credenciamento e habilitação ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBIPOA.

Neste objetivo, o Consórcio foi admitido, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Projeto CONSIM (<https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/suasa/projeto-consim-1>) para adesão ao SISBI-POA, o que, ao final, obtendo a homologação da adesão, permitirá que os produtos inspecionados pelos Serviços Municipais de Inspeção coordenados pelo Consórcio possam ser comercializados em todo o Brasil. Prerrogativa esta, dada pelo Art. 156-A do Decreto nº 5.741/2006 ao estabelecer que os produtos de origem animal inspecionados por serviço de inspeção executado por consórcios públicos de Municípios, poderão ser comercializados em quaisquer dos Municípios integrantes do consórcio, devendo para tanto, atender os requisitos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde o Consórcio deverá



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

obter a validação e homologação de seu Serviço de Inspeção Municipal pela equipe do MAPA.

Assim, para fins de habilitação do Consórcio junto ao Governo Federal, com o objetivo de dar segurança jurídica ao processo, deve este, apresentar todos os regulamentos e normativas que atendam a legislação federal.

De forma que é imperativo, a apresentação do Contrato de Consórcio atualizado e devidamente ratificado mediante lei por todos os municípios consorciados em conformidade com o Artigo 12 da Lei 11.107/2005 e Art. 29 Decreto n.º 6.017/2007, ora proposto neste Projeto de Lei. Para fins de esclarecimento, vale informar que após os municípios ratificarem o Protocolo de Intenções mediante Lei, o Protocolo de Intenções transformase automaticamente em Contrato de Consórcio. E, assim, toda vez que a Assembleia Geral do Consórcio promove alguma alteração no Contrato de Consórcio, estas alterações devem ser submetidas ao legislativo dos municípios entes para nova ratificação. Estas são as razões da presente proposição, que observa a respectiva e necessária liturgia legal. Para instrução do presente, a fim de subsidiar a análise dos nobres edis, encaminhamos a seguinte documentação, anexa: • Ata 02/2022 – Assembleia Geral Extraordinária; • Resolução Normativa n.º 084/2022; • Resolução Normativa n.º 084/2022 (versão publicada na AMM)”

Trata-se de um projeto importante para o nosso município, pois, visa ao Município em regularizar-se junto ao Consórcio, alterando a legislação hoje vigente, para atender aos ditames da Lei Federal, em especial do Artigo 12 da Lei 11.107/2005 e Art. 29, Decreto n.º 6.017/2007, vejamos:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

“Lei 11.107/2005

Art. 12. A alteração ou a extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

~~§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.~~ (Revogado pela Lei nº 14.026, de 2020)

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.”

Decreto nº. 6.017/2007

Art. 29. A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 2º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.”



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

E o Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, prevê ainda em seu Art. 156-A, que os produtos de origem animal inspecionados por serviço de inspeção executado por consórcios públicos de Municípios, atendidos os requisitos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, poderão ser comercializados em quaisquer dos Municípios integrantes do consórcio, senão vejamos:

DECRETO Nº 5.741, DE 30 DE MARÇO DE 2006.

Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

Art. 156-A. Os produtos de origem animal inspecionados por serviço de inspeção executado por consórcios públicos de Municípios, atendidos os requisitos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, poderão ser comercializados em quaisquer dos Municípios integrantes do consórcio. (Incluído pelo Decreto nº 10.032, de 2019) (Vigência)

§ 1º Caso o consórcio de Municípios não adira ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal no prazo de três anos, os serviços de inspeção dos Municípios consorciados terão validade ape-



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

nas para o comércio realizado dentro de cada Município. (Incluído pelo Decreto nº 10.032, de 2019) (Vigência)

§ 2º O prazo de que trata o § 1º será contado a partir do cadastramento do consórcio de Municípios no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (Incluído pelo Decreto nº 10.032, de 2019) (Vigência)

Dessa forma, cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 093, de 13 de dezembro de 2022.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** Projeto de Lei nº 093, de 13 de dezembro de 2022.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2023.



Manga Rosa

PRESIDENTE



Pastor Júnior
RELATOR



Leandro dos Santos
MEMBRO